



RECONHECIMENTO DA BRANQUITUDE E PEDAGOGIA ENGAJADA: POSSIBILIDADES E NECESSIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Edwiges Pereira Campos, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus
São Borja

Sabrina Duarte Rodrigues, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus
São Borja

Edson Romario Paniagua, docente, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

e-mail primeiro autor- edwigescampos.aluno@unipampa.edu.br

Este trabalho foca nas relações entre educação antirracista, a implementação da Lei 11.639/2008 e o papel das professoras e professores brancos na construção da sociedade brasileira a partir de uma pedagogia engajada. Temos como objetivo geral: compreender a relação entre antirracismo, educação e branquitude. Objetivos específicos: estabelecer as relações dos currículos escolares e os espaços educacionais como lugares do discurso colonial ainda presente; refletir sobre o papel dos sujeitos brancos dentro desse cenário. Para alcançar esses objetivos utilizamos uma metodologia qualitativa de viés bibliográfico e documental, a partir da implementação da Lei 10.639/2003. A Lei 11.645/2008 alterou a Lei 10.639/03 trazendo uma perspectiva epistemológica para a desconstrução do imaginário criado acerca da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura da África, Afro-brasileira e Indígena, nos currículos escolares. Esse reconhecimento das multiplicidades de culturas no território brasileiro é o resultado dos movimentos negros, intelectuais e educadores engajados na construção de uma educação na direção da “descolonização” possível. Nesse processo de luta e reconhecimento que a colonialidade está presente em nossas práticas e vivências diárias, reverberando nos espaços escolares com intensidade e a branquitude, sempre presente, começa a se tornar visível. A questão da branquitude emerge na década de 1950. Guerreiro Ramos em 1957 apresenta o trabalho “A Patologia social do branco Brasileiro”, sustentado nas produções de outros intelectuais e ativistas como Frantz Fanon (1950). Já a partir da primeira década do séc. XXI pesquisadores como Edith Piza (2005) e Lourenço Cardoso (2010) retomam o debate de forma substancial. A branquitude se apresenta como uma prática de reconhecimento da identidade do ser branco, sua racialização e o reconhecimento dos privilégios, que se dão com base nas características fenotípicas dos sujeitos. Edith Piza sugere que a branquitude seja entendida como o processo de conscientização e negação do privilégio branco, reconhecendo a vantagem estrutural. Na esteira desse debate, os espaços escolares e o currículo reforçam os sujeitos não brancos em posições de inferioridade. O silenciamento dos gestores e professores muitas vezes reafirmam estereótipos que se constituem num currículo oculto e permanente. A autora bell hooks (2017) pode nos ajudar a refletir sobre o papel dos brancos nesse cenário, na busca de uma pedagogia engajada, pois esses “colhem os frutos” das dinâmicas que foram estabelecidas ao longo dos séculos, deixando à margem a maioria da população composta por negros e indígenas. Diante do exposto podemos encaminhar algumas considerações finais. O cumprimento da Lei 11.645 deve se estender para a ação reflexiva e práticas que busquem a desconstrução do ser humano tido como ideal, o sujeito branco,

abrindo espaço para (re)construção da negritude. Os discursos antirracistas, que passaram a se fazer mais presentes e frequentes nos ambientes educacionais, são embrionários, carecendo de reflexões e debates permanentes na direção que aponta Edith Piza e consequentemente, a mudanças de práticas. Esse comprometimento de professoras e professores brancos — que são a maioria nos espaços escolares — que quando passam pelo reconhecimento sobre a sua branquitude, a negação do silêncio colonial e a manutenção dos privilégios. Essas posturas buscam despertar uma branquitude crítica, compreendendo que o lugar de onde se fala e se vive, foi construído em cima da história de muitos. O engajamento por uma prática antirracista e por uma Pedagogia Engajada se torna imperativo por parte das pessoas brancas, principalmente professores e professoras, pois há mais de quinhentos anos, as concepções racistas reforçam as estruturas de dominação, e de privilégios, também presentes na escola. A educação se coloca, assim, como instrumento de mudança e um dos locais para a realização desta última é a escola.

Lista de referências:

- CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil** (Período: 1957-2007). (Dissertação de mestrado), Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.
- FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Trad. Alexandre Pomar, Porto: Edição A. Ferreira, s/d[1952].
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação com prática da liberdade/ bell hooks** ; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- PIZA, Edith. **Porta de vidro: entrada para branquitude**. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.
- RAMOS, Guerreiro. **Patologia social do “branco” brasileiro**, 1995[1957]b. In: RAMOS, Alberto Guerreiro, 1995[1957] a, p. 215-240

Agradecimentos: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Palavras-chave: Antirracismo; Educação; Branquitude; Pedagogia Engajada.